



**Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

**PREGÃO ELETRÔNICO**

001/2024

**OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL PARA AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 85.340,00 (oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais)**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia: 07/03/2024 às 08:00 (horário de Brasília)**

Critério de Julgamento:

**MAIOR DESCONTO**

**Modo de disputa:**

**aberto**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM / NÃO**



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### Sumário

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
8.	DOS RECURSOS .....	20
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	21
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	23
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	24



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **EDITAL**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2024**

1. **A CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.369.838/0001-04, sediada Praça 17 de abril, S/N, Nova Fortaleza, Fortaleza dos Nogueiras - MA, por intermédio de sua PRESIDENTE, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, para registro de preço, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos no âmbito deste Município, e as exigências estabelecidas neste Edital.

### **2. DO OBJETO**

- 2.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL PARA AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema sistema eletrônico provido pelo Câmara Municipal, por meio do sítio <https://www.licitanet.com.br/>.
  - 3.1.1. O cadastro na plataforma LICITANET deverá ser feito no site <https://www.licitanet.com.br/>. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
  - 3.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
  - 3.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.3. Considerando que os valores totais de cada item predominantemente são inferiores a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), não haverá tratamento diferenciado na formulação da proposta entre ME, EPP ou empresas normais, como também não haverá cota reservada a ME e EPP, com a finalidade de aumentar a competitividade e economicidade, haja vista que tal a restrição de participação de empresas normais poderá restringir a participação de empresas participantes e trazer prejuízo ao conjunto ou complexo do objetivo a ser alcançado.

3.4. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- 3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.4.11. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.4.12. Cujo proprietários e/ou sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos arts. 29, inciso IX com 54, I, “a” e II, “a”, da Constituição Federal.
- 3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 9.3.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. Se for o caso, no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, bem como enviar pelo sistema, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:
  - 5.1.1. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;
  - 5.1.2. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;
  - 5.1.3. Preço unitário e o valor total da proposta. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo:



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;

5.1.4. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes;

5.1.5. Prazo de entrega: de acordo com Termo de Referência

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1 (um por cento de desconto).





## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
  - 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
  - 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
  - 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
  - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, o que poderá ensejar a desclassificação da proposta pelo pregoeiro.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, poderá ser considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Há depender da urgência e necessidade de imediata contratação, o pregoeiro poderá desclassificar sumariamente a proposta tida como inexecuível.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

8.2. Habilitação Jurídica, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

8.2.1. Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;

8.2.2. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

8.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades





## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

8.2.4. No caso de Sociedades simples o ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;

8.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. Regularidade Fiscal, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Sintegra/MA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços) ou equivalente da sede do licitante, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços;

8.3.3. Cartão ou documento equivalente que conste Inscrição Municipal, que poderá ser substituído pelo Alvará de Localização e Funcionamento.

8.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

8.3.5. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

8.3.6. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.

8.3.7. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.

8.3.8. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

8.3.9. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.





## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

8.3.10. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

8.3.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.3.12. Alvará de funcionamento do estabelecimento, do ano em curso, emitido pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;

8.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no item 7.8, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 42, §1º, LC 123/06).

8.5. Este benefício será concedido somente às empresas que obtiveram o benefício de ME ou EPP.

8.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item 7.8, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Neste caso, será facultado à Administração convocar licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas Propostas estiverem no intervalo de empate previsto no item 6.6.

8.7. Qualificação Econômico-Financeira, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.7.1. Balanços patrimoniais de acordo com Lei vigente, com termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedados a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que estejam registrados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 01 (um), indicados pela licitante, acompanhadas do respectivo DHP do profissional que elaborou e Certidão do referente ao Balanço Patrimonial.(Art. 69, Inciso I, Lei 14.133/2021).

8.7.2. As licitantes que apresentarem resultado menor do que um (1,0) em qualquer dos índices referidos acima, deverão comprovar o capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a dez por cento (10%) do valor estimado da contratação.

8.7.3. Excetua-se da exigência da alínea anterior o microempreendedor individual (art. 18 da LC 123/2006 c/c art. 1.179, § 2º CC) e as Micro e Pequenas Empresas que propuserem habilitação em licitações cujos objetos sejam para o fornecimento



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

para pronta entrega ou para locação de materiais (art. 3º Decreto Federal nº 6.204/2007).

8.7.4. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura, acompanhado do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado levantado com base no mês imediatamente anterior à data de apresentação da proposta.

8.7.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou; Publicados em jornal de grande circulação ou; Registrados na Junta Comercial da sede/domicílio do licitante ou; Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pela Pregoeiro e Equipe de Apoio, fica dispensada a inclusão, na documentação, dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão. Sistema Público de Escrituração Digital – Sped-Contábil (Decreto Federal nº 6.022/2007); nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, devendo apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008.

8.7.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço.

8.8. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:

8.8.1. 01 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu de forma satisfatória produtos compatíveis em quantidades e características com o objeto desta licitação.

8.8.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

### **9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;**

9.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.3.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02:00 horas;

9.3.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.4. A verificação da habilitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.4.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

### **10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):**

10.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 15. DOS RECURSOS

15.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

15.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4.Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação, ou poderá ser encaminhado via e-mail no caso de impossibilidade de realizar o upload no site.

## **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1.Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

16.1.5. fraudar a licitação

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.





## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- 17.2.A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.3.A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no próprio portal de compras públicas do órgão, e/ou via e-mail.
- 17.4.As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 17.5.Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 18.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.





## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma do pregão eletrônico, e no portal de transparência do Município.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

18.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

18.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

18.11.3. ANEXO IV – Declaração conjunta

Fortaleza dos Nogueiras/MA; 21 de fevereiro de 2024.

---

**Edimar Dias da Silva**  
**Presidente da Câmara Municipal**



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL PARA AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA.**

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

A justificativa para a aquisição de combustível para a Câmara de Vereadores pode variar dependendo das especificações específicas e das políticas locais. No entanto, algumas razões comuns para essa necessidade incluem:

**Deslocamento para atividades legislativas:** Os vereadores muitas vezes precisam se deslocar para participar de sessões da câmara, reuniões comunitárias, audiências públicas e outras atividades relacionadas ao seu papel legislativo. O combustível é essencial para garantir que possam cumprir as suas responsabilidades de representação.

**Visitas a distritos e comunidades:** Muitos vereadores fazem visitas regulares a diferentes distritos e comunidades dentro de sua jurisdição para entender as necessidades locais, ouvir as audiências e se manterem informados sobre questões importantes. O combustível é necessário para essas viagens.

**Trabalho de campo e inspeções:** Verificadores frequentemente realizam trabalhos de campo e inspeções em diferentes áreas para avaliar projetos, verificar o progresso de obras públicas, investigar solicitações de cidadãos e garantir o cumprimento das regulamentações locais. Isso requer deslocamentos que consomem combustível.

**Representação em eventos regionais ou nacionais:** Em alguns casos, os vereadores podem precisar representar sua câmara em eventos regionais, conferências ou reuniões de associações de municípios. Essas viagens são preenchidas.

**Viagens para treinamento e capacitação:** Como parte de seu desenvolvimento profissional e para melhorar sua eficácia como legisladores, os vereadores frequentemente participam de cursos, workshops e eventos de capacitação. O combustível é necessário para essas viagens de aprendizagem.

É importante que a utilização do combustível seja transparente e justificada de acordo com as políticas aplicáveis pela Câmara de Vereadores, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável e em benefício da comunidade que serve.

#### ESPECIFICACAO DOS SERVIÇOS/ITENS

3.1. As empresas interessadas em apresentar proposta para o fornecimento do objeto deverão atender, rigorosamente, as especificações, quantidades e unidades especificadas abaixo:



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD (LITROS)	VALOR MÉDIO (Ref. ANP)*	% DE DESCONTO	VALOR TOTAL
1	GASOLINA COMUM	7000	R\$6,50	1%	R\$ 45.500,00
3	DIESEL COMUM	6000	R\$6,64	1%	R\$ 39.840,00
Valor total					<b>R\$ 85.340,00</b>

### 3. DA FONTE DE RECURSOS: DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA

4.1. Informamos que a presente despesa possui adequação orçamentária e financeira. Porém, por ser um sistema registro de preços, a indicação da dotação orçamentária será feita no ato da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme 7º, § 2º do decreto federal nº 7.892/2013.

### 4. DA FORMA DE PAGAMENTO e CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O pagamento será feito mensalmente pela Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá em até no máximo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;

5.2. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

5.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material;

5.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

5.5. O critério de julgamento adotado será o de “MENOR VALOR POR ITEM.”

### 5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, além do estabelecido na legislação em vigor e no instrumento contratual o seguinte:

- Designar o Gestor/ Fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento;
- Expedir e controlar as Ordens de Fornecimento;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, edital da licitação e no contrato.
- Comunicar/notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas fornecimento do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g) Efetuar os pagamentos nos valores correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- h) Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.
- i) Não permitir que “outrem” cumpra as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA;
- j) Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- k) Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA, que prejudique, de qualquer forma, a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das suas funções que lhe foram atribuídas;
- l) Atestar o adimplemento das obrigações, desde que satisfaça as exigências previstas neste Termo.
- m) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das condições, especificações e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação ou instrumento contratual.

6.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da mesma, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1. Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além do estabelecido na legislação em vigor e no instrumento contratual o seguinte:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, edital da licitação e contrato, de acordo com a proposta apresentada;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações e prazo estabelecidos neste instrumento e nos locais estabelecidos nas ordens de fornecimento.
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Responsabilizar-se solidariamente com seus fornecedores (fabricante) pelos vícios de qualidade nos produtos que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam;
- e) Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo no fornecimento do objeto, inclusive por acidentes em que seus empregados venham a ser vítimas, quando do transporte e da entrega do objeto, bem como por danos causados a usuários do produto entregue.
- f) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no neste instrumento;



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- g) Informar, por escrito, até a data da assinatura do contrato, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária para efeito de adimplemento das obrigações, bem como o nome e contato do preposto designado à representar a empresa, e, os meios adequados de comunicação (telefone fixo, celular e email);
- h) Comunicar ao Gestor/Fiscal do Município, no prazo máximo de até 02 (dois) dias que antecedem à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- i) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Município;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no instrumento contratual;
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

### **7. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**8.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21.

8.1.1. Após o prazo inicial, o contrato poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, instruído em processo específico, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) O Contrato ainda esteja vigente;
- b) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) A CONTRATADA não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 3 (três) vezes na Câmara Municipal, a cada período de vigência do contrato;
- d) A Administração tenha interesse na continuidade dos serviços;
- e) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- f) A CONTRATADA concorde com a prorrogação.
- g) A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
- h) A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

### **8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Câmara Municipal, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mencionada Lei, ou pelos respectivos substitutos.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **10. DO FORO**

10.1 Fica eleito o foro da comarca de Balsas - MA, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

### **11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

11.1. O cronograma de desembolso será realizado mensalmente/sob demanda no valor de R\$ \_\_\_\_\_, a partir do recebimento definitivo do objeto solicitado na etapa, nos termos da alínea “b”, inciso XIV do art. 40, da Lei Federal no 3.666/93.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **Apêndice**

#### **Estudo Técnico Preliminar**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA.

#### **1. Objeto do Estudo:**

A Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA, como órgão público responsável por legislar em prol do bem-estar da comunidade, enfrenta desafios diários na manutenção de suas atividades administrativas e legislativas. Entre esses desafios, destaca-se a necessidade constante de deslocamento de servidores e vereadores para a realização de suas atribuições, bem como o transporte de materiais e documentos essenciais para o funcionamento do órgão.

Nesse contexto, a frota de veículos da Câmara Municipal desempenha um papel crucial, sendo fundamental para garantir a mobilidade e a operacionalidade das atividades legislativas e administrativas. No entanto, a manutenção adequada dessa frota requer um suprimento contínuo de combustível, o qual se torna imprescindível para assegurar o pleno funcionamento dos veículos utilizados pela instituição.

A justificativa para a contratação de serviços de abastecimento de frota reside, portanto, na garantia da continuidade e eficiência das operações da Câmara Municipal. A disponibilidade regular de combustível é essencial para evitar interrupções nas atividades, assegurando que os servidores e vereadores possam cumprir suas responsabilidades de forma ágil e eficaz.

Além disso, a contratação de um serviço especializado de abastecimento possibilita um controle mais eficiente dos gastos com combustível, promovendo uma gestão mais transparente e econômica dos recursos públicos. A centralização do abastecimento em um único fornecedor também simplifica os procedimentos administrativos, reduzindo custos operacionais e otimizando o uso dos veículos da frota.

Dessa forma, considerando o interesse público em garantir a continuidade e a eficiência das atividades da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA, a contratação de serviços de abastecimento de frota se mostra não apenas justificada, mas também indispensável para o bom funcionamento do órgão e o atendimento adequado às demandas da comunidade local.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **2. Levantamento de Mercado:**

Existem diversas alternativas no mercado que podem ser consideradas para resolver o problema do abastecimento da frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA. Abaixo, descrevo algumas delas:

2.1. **Postos de Combustível Convencionais:** A Câmara Municipal poderia optar por estabelecer convênios com postos de combustível locais para o abastecimento da frota. Isso poderia oferecer conveniência e acesso fácil ao combustível, permitindo que os motoristas abasteçam os veículos nos postos credenciados.

2.2. **Postos de Combustível Próprios:** Outra alternativa seria a construção e operação de postos de combustível próprios pela Câmara Municipal. Isso garantiria um controle mais direto sobre o abastecimento, além de oferecer a possibilidade de negociação de preços mais vantajosos diretamente com os fornecedores.

2.3. **Sistemas de Abastecimento Automatizado:** A implementação de sistemas de abastecimento automatizado também pode ser uma opção viável. Esses sistemas permitem o controle eletrônico do abastecimento, registrando cada transação e facilitando o monitoramento dos gastos com combustível.

2.4. **Contratação de Empresas Especializadas em Gestão de Frotas:** A Câmara Municipal poderia considerar a contratação de empresas especializadas em gestão de frotas. Essas empresas oferecem soluções completas para o abastecimento, incluindo a instalação de equipamentos de controle, a gestão de consumo e a negociação com fornecedores.

2.5. **Soluções de Abastecimento Móvel:** Soluções de abastecimento móvel, como caminhões-tanque ou veículos abastecedores, também podem ser uma alternativa interessante. Esses veículos podem deslocar-se até os locais onde os veículos da frota estão estacionados, oferecendo maior comodidade e flexibilidade no abastecimento.

Cada uma dessas alternativas possui vantagens e desvantagens, e a escolha adequada depende das necessidades específicas da Câmara Municipal, bem como das condições do mercado local. Um estudo detalhado de viabilidade e análise de custo-benefício pode auxiliar na seleção da melhor opção para resolver o problema do abastecimento da frota.

Compreendendo as limitações de recursos e a ausência de fornecedores especializados em gestão de frotas na região, é essencial considerar cuidadosamente as vantagens e desvantagens de cada alternativa para resolver o problema do abastecimento da frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA:

### **2.6. Postos de Combustível Convencionais:**





## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **Vantagens:**

Acessibilidade: Os postos convencionais são amplamente distribuídos, facilitando o acesso aos serviços de abastecimento.

Baixo Investimento Inicial: Não há necessidade de investimentos significativos em infraestrutura para utilizar postos já existentes.

### **Desvantagens:**

Limitações de Controle: Dificuldade em controlar os gastos com combustível devido à possibilidade de abastecimento em postos não conveniados.

Negociação Limitada: Ausência de contratos formais pode resultar em preços menos vantajosos devido à falta de negociação direta com fornecedores.

### **2.7. Postos de Combustível Próprios:**

#### **Vantagens:**

Controle Total: Maior controle sobre o abastecimento e a gestão de estoques, possibilitando uma monitorização mais eficaz dos gastos.

Possibilidade de Economia: Potencial para negociação direta com fornecedores, o que pode resultar em preços mais competitivos a longo prazo.

#### **Desvantagens:**

Alto Investimento Inicial: Construção e operação de um posto próprio exigem investimentos substanciais, o que pode ser inviável em cenários de recursos limitados.

Manutenção Contínua: Custos adicionais associados à manutenção e operação do posto, que podem ser um ônus financeiro adicional.

### **2.8. Sistemas de Abastecimento Automatizado:**

#### **Vantagens:**

Precisão e Controle: Maior precisão no controle do abastecimento, reduzindo os riscos de erros e fraudes.

Eficiência Operacional: Agiliza o processo de abastecimento, otimizando o tempo dos motoristas e aumentando a eficiência operacional.

#### **Desvantagens:**



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

**Custo Inicial Elevado:** Implementação de sistemas automatizados pode exigir um investimento considerável em equipamentos e infraestrutura, o que pode ser difícil de justificar em casos de recursos limitados.

**Manutenção e Suporte Técnico:** Necessidade de custos contínuos de manutenção e suporte técnico para garantir o funcionamento adequado do sistema.

### **2.9. Contratação de Empresas Especializadas em Gestão de Frotas:**

#### **Vantagens:**

**Expertise Especializada:** Acesso a conhecimentos especializados e experiência na gestão eficiente de frotas, mesmo em regiões com poucos fornecedores locais.

**Redução de Custos Administrativos:** Terceirização da gestão de frota pode resultar em uma redução dos custos administrativos e operacionais.

#### **Desvantagens:**

**Custos de Contratação:** Contratar serviços especializados pode ser dispendioso, especialmente em áreas onde a concorrência é limitada.

**Dependência Externa:** Dependência de um fornecedor externo para a gestão da frota, o que pode limitar o controle direto sobre o processo.

### **2.10. Soluções de Abastecimento Móvel:**

#### **Vantagens:**

**Flexibilidade:** Oferecem maior flexibilidade no abastecimento, adaptando-se às limitações de infraestrutura da região.

**Redução de Custos Indiretos:** Minimizam custos associados a deslocamentos desnecessários, especialmente em áreas onde a infraestrutura é limitada.

#### **Desvantagens:**

**Investimento em Infraestrutura:** Necessidade de investimento em equipamentos e infraestrutura para suportar o abastecimento móvel.

**Coordenação Logística:** Requer uma coordenação logística eficiente para garantir a disponibilidade dos veículos abastecedores nos momentos e locais adequados.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

Em um contexto de recursos limitados e escassez de fornecedores especializados, as soluções de abastecimento móvel e a utilização de postos de combustível convencionais podem ser opções mais viáveis. Essas alternativas oferecem maior flexibilidade e acessibilidade, minimizando os custos iniciais e facilitando a implementação em regiões com pouca infraestrutura. No entanto, é essencial realizar uma análise detalhada de viabilidade e custo-benefício para determinar a melhor solução para as necessidades específicas da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA.

### **3. Justificativa**

Considerando a limitação de recursos, a pequena quantidade de veículos a serem abastecidos, a ausência de equipamentos, suporte técnico e fornecedores de gestão de frota que ofereçam convênios locais, o fornecimento de combustível por postos de combustível convencionais emerge como a melhor solução para atender às necessidades da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA.

#### **3.1. Baixo Investimento Inicial:**

Os postos de combustível convencionais já estão estabelecidos na região e não requerem investimentos significativos em infraestrutura adicional. Isso é crucial diante da limitação de recursos disponíveis para a Câmara Municipal.

#### **3.2. Acessibilidade e Conveniência:**

Os postos convencionais são facilmente acessíveis e oferecem conveniência para os motoristas da frota da Câmara Municipal. A pequena quantidade de veículos a serem abastecidos permite que os motoristas realizem os abastecimentos sem grandes desvios de rota ou dificuldades logísticas.

#### **3.3. Flexibilidade de Escolha:**

A falta de fornecedores especializados na região não restringe a Câmara Municipal a um único fornecedor. Pelo contrário, os postos convencionais oferecem uma variedade de opções de escolha, permitindo que a instituição selecione o posto com os preços mais competitivos no momento do abastecimento.

#### **3.4. Controle Simplificado:**

Embora haja limitações no controle dos gastos com combustível, a pequena quantidade de veículos torna mais simples monitorar e controlar os abastecimentos realizados nos postos convencionais. O registro manual das transações pode ser suficiente para atender às necessidades de gestão da frota.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **3.5. Redução de Custos Operacionais:**

Optar pelo fornecimento de combustível por postos convencionais elimina a necessidade de investir em equipamentos e suporte técnico especializado para gestão de frota. Isso resulta em uma redução significativa dos custos operacionais associados à implementação de soluções mais complexas.

### **3.6. Agilidade na Implementação:**

A utilização de postos convencionais não requer a implementação de novos processos ou a coordenação logística adicional. A solução já está disponível e pode ser implementada imediatamente, garantindo a continuidade das operações da frota sem interrupções.

Em suma, diante das limitações de recursos, da ausência de fornecedores especializados e da pequena escala da frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA, o fornecimento de combustível por postos de combustível convencionais surge como a melhor opção. Essa alternativa oferece praticidade, acessibilidade e custos operacionais reduzidos, garantindo uma gestão eficiente da frota sem comprometer os recursos limitados disponíveis.

## **4. Descrição da Solução:**

Após uma análise cuidadosa das alternativas disponíveis no mercado e das necessidades específicas da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA, propõe-se a implementação de um sistema de abastecimento utilizando postos de combustível convencionais, aliado a medidas para garantir a manutenção adequada da frota e assistência técnica conforme estipulado por lei.

### **4.1. Fornecimento de Combustível por Postos Convencionais:**

A solução envolve estabelecer convênios com postos de combustível locais, garantindo o abastecimento regular da frota da Câmara Municipal. Esta abordagem oferece praticidade, acessibilidade e não requer investimentos adicionais em infraestrutura ou equipamentos.

### **4.2. Exigências de Manutenção e Assistência Técnica:**

De acordo com as disposições legais vigentes, será estabelecida uma política de manutenção preventiva e corretiva para a frota, visando garantir sua operacionalidade e segurança. As exigências incluem:

Realização de inspeções periódicas em todos os veículos, conforme os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

Contratação de serviços de manutenção em oficinas credenciadas, que atendam aos requisitos técnicos e de qualidade exigidos pela legislação.

Registro e controle detalhados de todas as intervenções de manutenção realizadas nos veículos da frota, incluindo serviços de reparo, substituição de peças e troca de óleo.

### **4.3. Gestão de Assistência Técnica:**

Será designado um responsável pela gestão da assistência técnica da frota, garantindo o cumprimento das exigências legais e o acompanhamento eficaz de todas as atividades relacionadas à manutenção dos veículos. Suas responsabilidades incluem:

Monitoramento regular do estado de conservação e funcionamento dos veículos, identificando e agindo preventivamente diante de possíveis problemas.

Coordenação dos agendamentos de manutenção e reparo, assegurando que os veículos sejam atendidos de acordo com os prazos estabelecidos e minimizando o tempo de inatividade.

### **4.4. Controle de Documentação:**

Será implementado um sistema de controle de documentação, garantindo que todos os veículos da frota estejam devidamente licenciados, segurados e em conformidade com as normas de trânsito. Isso inclui a renovação periódica de licenciamentos, o pagamento de taxas obrigatórias e a atualização dos registros de seguro.

### **4.5. Acompanhamento e Avaliação Contínua:**

Será realizada uma avaliação contínua do desempenho do sistema de abastecimento e da gestão da frota, buscando identificar oportunidades de melhoria e garantir a eficácia das medidas adotadas. Isso inclui a análise de indicadores de desempenho, feedback dos motoristas e auditorias periódicas.

Em resumo, a solução proposta combina a praticidade do abastecimento por postos de combustível convencionais com medidas rigorosas para garantir a manutenção adequada da frota e a conformidade com as exigências legais. Essa abordagem visa assegurar a operacionalidade, segurança e eficiência dos veículos utilizados pela Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA, contribuindo para o bom funcionamento das atividades legislativas e administrativas do órgão.

## **5. Descrição do Serviço:**



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

A presente especificação tem por objeto a contratação de serviços de abastecimento de combustível para atender à frota de veículos da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA. Os serviços incluem o fornecimento regular de combustível (gasolina, diesel, etanol, conforme necessário) para os veículos cadastrados, de acordo com as demandas operacionais do órgão.

### **5.1. Local de Prestação dos Serviços:**

Os serviços serão prestados nos postos de combustível conveniados localizados na região de Fortaleza dos Nogueiras/MA, conforme acordado entre a contratante e os fornecedores selecionados. Os postos de combustível devem ser devidamente licenciados e em conformidade com as normas ambientais e de segurança.

### **5.2. Quantidade Estimada de Combustível:**

A quantidade estimada de combustível necessária para abastecer a frota da Câmara Municipal será definida com base no histórico de consumo e na demanda prevista para o período contratual. A estimativa será revisada periodicamente para garantir o abastecimento adequado dos veículos.

### **5.3. Frequência de Abastecimento:**

O abastecimento dos veículos deverá ocorrer de acordo com a necessidade operacional de cada unidade da Câmara Municipal, garantindo a disponibilidade contínua dos veículos para o cumprimento de suas atividades. A frequência de abastecimento será determinada pela demanda de cada veículo e pelo planejamento de rotas e deslocamentos.

### **5.4. Controle e Monitoramento:**

A contratada deverá implementar um sistema de controle e monitoramento dos abastecimentos realizados, registrando informações detalhadas sobre cada transação, incluindo data, hora, quantidade de combustível abastecida e veículo atendido. Relatórios periódicos deverão ser fornecidos à contratante para fins de acompanhamento e controle.

### **5.5. Padrões de Qualidade e Segurança:**

Todos os combustíveis fornecidos devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes, garantindo a integridade dos veículos e o desempenho adequado dos motores. Além disso, a contratada deverá adotar medidas de segurança para prevenir vazamentos, contaminações e outros incidentes durante o abastecimento.

### **5.6. Prazo Contratual:**



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

O prazo contratual será definido com base nas necessidades da Câmara Municipal, podendo ser estabelecido por um período determinado ou renovável, conforme acordado entre as partes. O contrato poderá ser rescindido caso a contratada não cumpra com as obrigações estipuladas ou em caso de interesse da administração pública.

### **5.7. Obrigações da Contratante e Contratada:**

Ambas as partes deverão cumprir com suas obrigações conforme estabelecido no contrato, incluindo o pagamento dos valores acordados pela prestação dos serviços, a entrega de relatórios e documentos exigidos, e o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis.

Esta especificação do objeto visa garantir a contratação de serviços de abastecimento de combustível que atendam às necessidades da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA, assegurando a disponibilidade contínua dos veículos e o uso eficiente dos recursos públicos.

### **6. Estimativa de Consumo Médio:**

Para fazer a estimativa da quantidade de combustível necessária para a contratação do objeto descrito, você pode seguir os seguintes passos:

#### **6.1. Levantamento do Consumo Médio:**

Obtenha o histórico de consumo de combustível da frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA. Isso pode ser feito através de registros de abastecimento anteriores, notas fiscais, ou sistema de gestão de frota, se disponível. Registre a quantidade de gasolina comum e diesel consumidos por cada veículo ao longo de um período representativo, como os últimos 6 a 12 meses.

#### **6.2. Cálculo do Consumo Total:**

Some o consumo de gasolina comum e diesel de todos os veículos para obter o consumo total de combustível da frota no período analisado. Isso lhe dará uma ideia do volume médio de combustível consumido pela frota em um determinado período de tempo.

#### **6.3. Projeção para o Período Contratual:**

Com base no consumo médio obtido, projete o consumo de combustível para o período contratual. Por exemplo, se você estiver analisando um histórico de 6 meses, multiplique o consumo médio mensal por 12 para obter uma estimativa para um ano. Esta projeção pode ser ajustada com base em fatores sazonais, como aumento da atividade durante certas épocas do ano.

#### **6.4. Adição de Margem de Segurança:**



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

Adicione uma margem de segurança à sua estimativa para cobrir eventualidades, como variações no consumo devido a mudanças nas condições operacionais, aumento da frota durante o período contratual, ou imprevistos que possam surgir. Recomenda-se uma margem de segurança de 10% a 20% do consumo estimado.

### **6.5. Consideração dos Tipos de Combustível:**

Certifique-se de calcular separadamente o consumo de gasolina comum e diesel, já que são combustíveis distintos e cada veículo pode ter requisitos diferentes.

### **6.6. Consulta a Especialistas:**

Se possível, consulte especialistas em gestão de frota ou empresas especializadas em serviços de abastecimento para obter insights adicionais e validar suas estimativas.

Ao seguir esses passos, você poderá fazer uma estimativa mais precisa da quantidade de combustível necessária para a contratação do serviço de abastecimento para a frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA.

## **7. Requisitos da Contratação**

### **7.1. Quantidade e Tipo de Combustível:**

Os serviços contratados devem incluir o fornecimento de gasolina comum e diesel, em quantidades suficientes para abastecer a frota de 20 veículos da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA.

### **7.2. Qualidade do Combustível:**

O combustível fornecido deve atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes, garantindo a integridade dos veículos e o desempenho adequado dos motores.

### **7.3. Frequência e Disponibilidade:**

A contratada deve garantir a disponibilidade contínua de combustível nos postos conveniados, atendendo à demanda operacional da frota e realizando os abastecimentos de acordo com a necessidade de cada veículo.

### **7.4. Controle e Monitoramento:**

A contratada deve implementar um sistema de controle e monitoramento dos abastecimentos realizados, registrando informações detalhadas sobre cada transação, incluindo





## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

data, hora, quantidade de combustível abastecida e veículo atendido. Relatórios mensais devem ser fornecidos à contratante para fins de acompanhamento e controle.

### **7.5. Segurança no Abastecimento:**

A contratada deve adotar medidas de segurança durante o abastecimento para prevenir vazamentos, contaminações e outros incidentes, garantindo a integridade dos veículos e a segurança dos colaboradores envolvidos no processo.

### **7.6. Manutenção Preventiva:**

A contratada deve orientar os motoristas sobre práticas adequadas de abastecimento e oferecer recomendações para a manutenção preventiva dos veículos, visando prolongar a vida útil e garantir o bom funcionamento dos motores.

### **7.7. Assistência Técnica Emergencial:**

A contratada deve disponibilizar assistência técnica emergencial em caso de problemas relacionados ao abastecimento ou qualidade do combustível, garantindo o suporte necessário para resolver eventuais contratempos de forma rápida e eficaz.

### **7.8. Documentação e Relatórios:**

A contratada deve fornecer documentação comprobatória de todos os abastecimentos realizados, incluindo notas fiscais e recibos de pagamento. Além disso, relatórios detalhados de consumo e movimentação de combustível devem ser disponibilizados à contratante regularmente.

### **7.9. Cumprimento Legal:**

Todos os serviços prestados devem estar em conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a integridade e legalidade das operações de abastecimento.

### **7.10. Prazo Contratual e Renovação:**

O contrato deve estabelecer um prazo determinado para a prestação dos serviços, com a possibilidade de renovação por igual período mediante acordo entre as partes. O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em caso de descumprimento das obrigações estipuladas ou por interesse da administração pública.

Ao definir esses requisitos, a Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA poderá garantir a contratação de serviços de abastecimento de combustível que atendam às necessidades da frota, assegurando a disponibilidade contínua dos veículos e o uso eficiente dos recursos públicos.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **8. Estimativa do Valor da Contratação**

### **9. Resultados Pretendidos:**

Demonstração dos Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade e Melhor Aproveitamento dos Recursos na Contratação de Serviços de Abastecimento de Combustível

A contratação de serviços de abastecimento de combustível para a frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Abaixo estão os principais resultados pretendidos:

#### **9.1. Redução de Custos Operacionais:**

Através da contratação de serviços de abastecimento de combustível, espera-se uma redução significativa nos custos operacionais associados à gestão da frota. Ao ter acesso a preços competitivos e condições favoráveis de fornecimento, a Câmara Municipal poderá economizar recursos financeiros significativos em relação à aquisição direta de combustível.

#### **9.2. Otimização do Tempo e dos Recursos Humanos:**

Ao ter um sistema de abastecimento externo gerenciado por um fornecedor especializado, os funcionários da Câmara Municipal responsáveis pela gestão da frota poderão direcionar seu tempo e esforços para outras atividades operacionais e administrativas. Isso resultará em uma melhor utilização dos recursos humanos disponíveis e em uma maior eficiência operacional.

#### **9.3. Aumento da Eficiência na Gestão de Estoque:**

A contratada será responsável por monitorar e controlar os níveis de estoque de combustível, garantindo que haja sempre suprimento adequado para a frota da Câmara Municipal. Isso evitará a ocorrência de estoques excessivos ou insuficientes, reduzindo os custos associados ao armazenamento e minimizando os riscos de desperdício ou indisponibilidade de combustível.

#### **9.4. Redução de Riscos e Responsabilidades:**

Ao ter um fornecedor especializado responsável pelo abastecimento de combustível, a Câmara Municipal poderá transferir parte dos riscos e responsabilidades associados à gestão da frota. Isso inclui a responsabilidade pela qualidade do combustível fornecido, conformidade com as normas ambientais e de segurança, e manutenção adequada dos equipamentos de abastecimento.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **9.5. Maior Transparência e Controle:**

A implementação de um sistema de controle e monitoramento dos abastecimentos permitirá à Câmara Municipal ter uma visão mais clara e detalhada dos gastos com combustível, facilitando a análise e o controle dos custos. Isso proporcionará maior transparência e accountability na gestão dos recursos financeiros públicos.

Em suma, a contratação de serviços de abastecimento de combustível para a frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA promete trazer uma série de benefícios em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Ao otimizar os custos operacionais, melhorar a eficiência na gestão de estoque e liberar recursos humanos para atividades mais estratégicas, a Câmara Municipal estará investindo na otimização de sua operação e no uso responsável dos recursos públicos.

### **10. Sustentabilidade:**

A contratação de serviços de abastecimento de combustível para a frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA pode ter diversos impactos socioambientais, que devem ser considerados e gerenciados de forma adequada. Alguns desses impactos incluem:

#### **Impactos Ambientais da Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE):**

O uso de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, para abastecer os veículos da frota pode resultar na emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas e o aquecimento global. Esse impacto pode ser mitigado através da promoção de práticas de condução mais eficientes, investimento em veículos mais limpos e na transição para fontes de energia alternativas e renováveis.

#### **Impactos na Qualidade do Ar e Saúde Pública:**

A queima de combustíveis fósseis também pode contribuir para a poluição do ar, resultando na emissão de poluentes atmosféricos prejudiciais à saúde humana, como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>) e material particulado (PM). Isso pode ter impactos negativos na qualidade do ar local e na saúde das pessoas, especialmente em áreas urbanas onde a frota circula com maior frequência.

#### **Riscos de Vazamentos e Contaminação do Solo e Água:**

O armazenamento e manuseio de combustíveis apresentam riscos de vazamentos e derramamentos, que podem resultar na contaminação do solo e da água subterrânea. É fundamental que os postos de combustível conveniados e os procedimentos de abastecimento



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

adotem medidas de segurança adequadas para prevenir e responder a possíveis incidentes desse tipo.

### **Consumo de Recursos Naturais Não Renováveis:**

O uso contínuo de combustíveis fósseis contribui para o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, como petróleo e gás natural. Isso pode ter impactos de longo prazo na disponibilidade e na acessibilidade desses recursos para as gerações futuras, além de aumentar a dependência em relação a fontes de energia não sustentáveis.

### **Desigualdades Socioeconômicas e Acesso a Transporte:**

O custo do combustível e o acesso a meios de transporte podem influenciar diretamente a mobilidade e a qualidade de vida das pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A alta dependência de veículos movidos a combustíveis fósseis pode agravar as desigualdades no acesso a oportunidades de emprego, educação e saúde.

Para minimizar esses impactos socioambientais, é fundamental que a contratação de serviços de abastecimento de combustível seja acompanhada por medidas de mitigação e compensação, além da promoção de práticas sustentáveis de gestão de frota e mobilidade urbana. Isso pode incluir a adoção de veículos mais eficientes, investimentos em energias renováveis, promoção do transporte público e alternativo, e programas de educação ambiental e conscientização para os usuários da frota.

A contratação de serviços de abastecimento de combustível para a frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA pode acarretar diversos impactos ambientais, os quais devem ser avaliados e gerenciados de forma a minimizar seus efeitos negativos. Alguns dos possíveis impactos ambientais dessa contratação incluem:

### **Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):**

O uso de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, resulta na emissão de gases de efeito estufa (GEE) durante a combustão. Esses gases, como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), contribuem para o aquecimento global e as mudanças climáticas, afetando ecossistemas naturais e padrões climáticos.

### **Poluição do Ar:**

A queima de combustíveis fósseis também gera poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>), partículas em suspensão (material particulado) e compostos orgânicos



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

voláteis (COVs). Esses poluentes podem contribuir para a poluição do ar, prejudicando a qualidade do ar e a saúde humana, especialmente em áreas urbanas.

### **Contaminação do Solo e da Água:**

O armazenamento, manuseio e eventual vazamento de combustíveis podem resultar na contaminação do solo e da água, caso não sejam adotadas medidas adequadas de prevenção e controle de poluição. Vazamentos em postos de combustível ou durante o abastecimento dos veículos podem contaminar o solo e os lençóis freáticos, afetando a biodiversidade e a saúde humana.

### **Impactos na Biodiversidade:**

A extração, transporte, refino e uso de combustíveis fósseis podem ter impactos diretos e indiretos na biodiversidade. Isso inclui a destruição de habitats naturais durante a extração de petróleo, o risco de vazamentos de óleo em ecossistemas aquáticos e terrestres, e as emissões de poluentes que afetam a fauna e flora locais.

### **Desmatamento e Alterações no Uso da Terra:**

A expansão da infraestrutura associada à produção, refino e distribuição de combustíveis fósseis pode levar ao desmatamento de áreas naturais e alterações no uso da terra. Isso pode resultar na perda de habitats naturais, fragmentação de ecossistemas e perda de biodiversidade.

### **Dependência de Recursos Não Renováveis:**

A utilização de combustíveis fósseis contribui para a dependência contínua de recursos não renováveis, como petróleo, gás natural e carvão. Isso pode aumentar a pressão sobre os ecossistemas naturais e os recursos naturais finitos, além de dificultar a transição para fontes de energia mais limpas e renováveis.

Para mitigar esses impactos ambientais, é importante que a contratação de serviços de abastecimento de combustível seja acompanhada por medidas de gestão ambiental adequadas, como a promoção de práticas sustentáveis de uso de veículos, o investimento em tecnologias de baixa emissão, o monitoramento e controle de vazamentos e poluição, e o incentivo à adoção de energias renováveis e alternativas.

### **Estudo Técnico Preliminar: Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras**



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

A contratação de serviços de abastecimento de combustível para a frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA possui impactos ambientais significativos, especialmente no que diz respeito às emissões de gases de efeito estufa (GEE). O uso de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, resulta na liberação de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases poluentes na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas.

As emissões de GEE provenientes da operação dos veículos da frota podem ser agravadas por práticas inadequadas de manutenção e operação dos veículos, tais como a falta de manutenção preventiva e corretiva eficiente. A falta de manutenção regular pode resultar em um aumento do consumo de combustível e na emissão de gases poluentes, comprometendo a eficiência energética e ambiental dos veículos.

Como medida mitigadora, propomos a implementação de um programa abrangente de manutenção preventiva e corretiva eficiente, que inclua as seguintes ações:

**Agendamento Regular de Manutenção:** Estabelecer um calendário de manutenção preventiva para todos os veículos da frota, com intervalos regulares para a verificação e substituição de componentes essenciais, como filtros de ar, óleo e combustível.

**Inspeção e Diagnóstico Periódico:** Realizar inspeções periódicas nos veículos para identificar e corrigir problemas mecânicos ou operacionais que possam afetar o desempenho e a eficiência energética, como falhas de ignição, sistemas de injeção de combustível defeituosos, entre outros.

**Treinamento e Capacitação dos Motoristas:** Promover programas de treinamento e capacitação para os motoristas da frota, visando a adoção de práticas de condução econômica e eficiente, como a redução da velocidade, a manutenção de uma aceleração suave e a minimização do tempo de ociosidade do motor.

**Monitoramento e Análise de Dados:** Implementar sistemas de monitoramento e análise do consumo de combustível e das emissões de GEE dos veículos, permitindo a identificação de padrões de consumo e o desenvolvimento de estratégias de otimização.

**Uso de Tecnologias de Eficiência Energética:** Avaliar e adotar tecnologias e equipamentos que contribuam para a melhoria da eficiência energética dos veículos, como sistemas de gerenciamento do motor, pneus de baixa resistência ao rolamento e dispositivos de economia de combustível.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

A implementação dessas medidas mitigadoras não apenas contribuirá para reduzir as emissões de gases de efeito estufa associadas à operação da frota, mas também promoverá a economia de combustível, a prolongação da vida útil dos veículos e a redução dos custos operacionais. Além disso, reforçará o compromisso da Câmara Municipal com a promoção da sustentabilidade ambiental e o uso responsável dos recursos naturais.

### **11. Justificativa para parcelamento**

### **12. Conclusão**

Com base na análise realizada, concluímos que a contratação de serviços de abastecimento de combustível para a frota da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA é não apenas viável, mas também altamente recomendável para atender às necessidades operacionais do órgão. Considerando a natureza das atividades legislativas e administrativas, a mobilidade eficiente dos servidores e vereadores é fundamental para o pleno funcionamento da instituição.

A utilização de postos de combustível convencionais como fornecedores emerge como a melhor solução diante das limitações de recursos, ausência de fornecedores especializados na região e pequena escala da frota. Esta opção oferece praticidade, acessibilidade e redução significativa dos custos operacionais, garantindo uma gestão eficiente da frota sem comprometer os recursos disponíveis.

Ao estabelecer convênios com postos de combustível locais, a Câmara Municipal poderá assegurar o abastecimento regular da frota, evitando interrupções nas atividades devido à falta de combustível. Além disso, a disponibilidade de múltiplos postos conveniados oferece flexibilidade de escolha, permitindo que a instituição selecione o fornecedor mais vantajoso em termos de preço e qualidade do serviço.

A implementação de medidas de controle e monitoramento, juntamente com a adoção de políticas de manutenção preventiva e corretiva, garantirá a operacionalidade e segurança dos veículos da frota. Essas ações visam não apenas reduzir os custos associados à manutenção, mas também prolongar a vida útil dos veículos e minimizar os riscos de paralisação das atividades devido a falhas mecânicas.

Por fim, a contratação de serviços de abastecimento de combustível contribuirá para uma gestão mais transparente e eficiente dos recursos públicos, garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma responsável e em conformidade com as exigências legais.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

Portanto, recomendamos que a Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA proceda com a contratação desses serviços, visando garantir a continuidade e eficiência de suas operações.





## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### ANEXO II

#### MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/20XX  
PROC. ADM. Nº ...../XXXX.

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PERITORÓ-MA ATRAVÉS  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA, através da CAMARA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA, sediada na ....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) .....(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no de .... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ..... em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX/XXXX - CPL/PMP** e do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXXX**, com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1						
...						

**Nota explicativa:** A tabela acima é meramente ilustrativa, caso seja extensa – deverá ser mencionado que constará em “documento apenso”, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Projeto Básico e com a proposta vencedora.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será **de 12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme art. 106 da Lei nº 14.133/21.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ .....(.....).

3.2. O cronograma de desembolso será realizado sob demanda, durante a vigência do contrato, inciso II do art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:

XX

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será feito pela Secretaria respectiva, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;

5.2. A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

5.3. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

5.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido equipamento;

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. O objeto deverá ser entregue conforme ordem de fornecimento que será emitida pela CONTRATANTE.

7.2. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

### **8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da entrega do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Decreto Municipal.

### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, de 2021 a Contratada que:

10.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até a data do efetivo inadimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;

10.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

10.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA com o consequente descredenciamento no Sistema de Cadastro Próprio da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras /MA pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

10.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro Próprio da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras /MA.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.1.3. A Subcontratação total, sendo permitido até o limite de 30%, após consulta a CONTRATANTE.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas gerais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Balsas - MA.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, ..... de..... de 20XX

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA



## **Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras**

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

### **ANEXO IV**

#### **“MODELO DE DECLARAÇÃO”**

Ilmo. Sr.  
Pregoeiro  
Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras/MA

#### **DECLARAÇÃO CONJUNTA**

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/XXXX.

Data da realização do certame: XX de XXXXX de XXXX.

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) ....., portador (a) da CI nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- 1) Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar; nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.
  - a. Declara ainda, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
  - b. Declara também, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.
  - c. Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz
- 2) Quanto à elaboração independente de proposta:
  - a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;



## Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

CNPJ nº 07.369.838/0001-04

Praça 17 de abril, s/n, Nova Fortaleza – 65.805-000

Fortaleza dos Nogueiras/MA

- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

*[Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor]*